

CEDI**Povos Indígenas no Brasil**Fonte: Jornal do BrasilClass.: 11Data: 21.08.92

Pg.: _____

Índios serão expulsos de mineradora no Pará

BELÉM — A Polícia Federal está preparando uma operação delicada para os próximos dias, a fim de cumprir a liminar de manutenção de posse, concedida pelo juiz federal Daniel Paes Ribeiro, em favor da Mineração Canopus, que pediu o despejo dos índios crocromoros, da nação caiapó de uma área de 8.400 hectares, em Serra Bom Jardim, no município de São Félix do Xingu, 950 quilômetros ao sul de Belém. A operação, na verdade, ainda não foi executada porque a Polícia Federal está sem recursos para deslocar seus agentes, mas o dinheiro deverá chegar hoje de Brasília.

A operação requer muitos agentes e envolve elevados custos com aluguel de aviões e helicópteros. Além disso, se não usarem a força, os policiais correm o risco de se tornar reféns dos índios como ocorreu no início do ano numa aldeia do Maranhão. A negociação será muito difícil, pois os caiapós estão praticamente sem liderança depois da morte, há uma semana, do cacique Tuto Pombo e da prisão domiciliar do cacique Paulinho Paiaçan na aldeia Aukre, em Redenção, acusado de estupro pela estudante Sílvia Leticia da Luz Ferreira.

A advogada da Mineração Canopus, com sede em São Paulo, Fernanda Guerra de Andrade, requereu a liminar de manutenção de posse no dia 20 de março passado contra a Funai e a União, alegando que a empresa está sofrendo perturbação de posse por parte dos índios, em relação às jazidas de estanho e tungstênio.

A mineradora tem concessão para explorar a área desde março de 1986, mas desde 1990 os índios exigem que o governo reconheça que as

minas ficam em suas terras. Em 1991, eles fizeram um acordo com a mineradora e passaram a receber, em troca da exploração dos minérios, roupas e alimentos no valor mensal de US\$ 1 mil. Logo perceberam que a importância era irrisória comparada com o valor dos minérios e exigiram que o pagamento fosse fixado em US\$ 4 mil mensais. A empresa se recusou a pagar e os índios invadiram a mineradora, ocupando a área de exploração por 17 dias. Houve novo entendimento, mas a empresa não cumpriu suas promessas e os crocromoros voltaram a invadir a mina no dia 6 de janeiro passado. Desta vez não houve acordo.

Com a chegada de mais 100 índios de outras regiões do Rio Grande do Sul, cerca de 200 caingangues iniciaram a demarcação de uma área de 275 hectares no município de Iraí, enquanto mantêm, há uma semana, a ocupação do aeroporto local. A Brigada Militar policia a área junto ao aeroporto, mas não interfere na disputa que envolve os índios e a prefeitura. Os dois lados reivindicam a área, que tem 125 hectares de mata virgem. O prefeito Pedrinho Viana (PDT) vem inutilmente pedindo a intervenção das autoridades federais, por temer um confronto entre os índios e as 40 famílias de posseiros que moram ali há mais de 30 anos. Viana garante que a área pertence ao município e que os caingangues e guaranis que lá residiam só permaneceram no local graças a licença de prefeitos anteriores. Já os caingangues invocam portaria do ministro da Justiça, Célio Borja, que autorizou a Funai a demarcar a área.